



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº12/2026

Período: 18/04/2026 a 24/04/2026

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Tribunal de Contas da União indicou irregularidades no uso do transporte de autoridades realizado pela Força Aérea Brasileira
- 2- Precatório de mulher torturada pela ditadura militar é comprado por empresas de pré-candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro
- 3- Marinha do Brasil anunciou a aquisição de novo lote de fragatas da classe Tamandaré, em cooperação com empresa alemã
- 4- Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes oficializou a execução das penas dos réus do núcleo de gerenciamento e operacionalização de ações da trama golpista
- 5- Escritor amazonense Milton Hatoum, autor de obras sobre a ditadura militar, tomou posse na Academia Brasileira de Letras
- 6- Exército Brasileiro atuou como apoio aos agentes de combate às endemias em aldeias indígenas
- 7- Supremo Tribunal Militar iniciou processo para analisar a perda de patente de Jair Bolsonaro e de outros militares envolvidos na trama golpista

1- Tribunal de Contas da União indicou irregularidades no transporte de autoridades realizado pela Força Aérea Brasileira

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou diversas irregularidades no transporte de autoridades realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) e determinou mudanças a serem conduzidas pelo governo. Conforme reportagem, foram analisadas, a pedido do Congresso Nacional, mais de 7 mil viagens realizadas por autoridades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, verificando-se que o número de voos aumentou de 791 para 1.166 entre 2020 e 2024, e entre eles, foram identificados 194 trajetos realizados sem a devida justificativa para voos oficiais, mesmo em vista da possibilidade de uso da modalidade comercial. Segundo estimativas levantadas pelos técnicos da auditoria, os gastos com o transporte atingiram R\$285,2 milhões ao longo do período analisado, considerando-se que os voos pela FAB são, em média, 6,4 vezes mais caros que as modalidades comerciais. Neste sentido, a auditoria calculou uma economia de R\$81,6 milhões anualmente pela União, caso

optasse integralmente por voos comerciais como meio de transporte das autoridades, haja vista que um terço dos voos ocorre em destinos cuja cobertura pela aviação comercial apresenta qualidade similar à de regiões como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Entre as irregularidades observadas pela auditoria, destacam-se: a baixa taxa de ocupação; o descarte prematuro de listas de embarque de voos realizados entre 2020 a 2023, em divergência para com a Lei Nº 8.159; a omissão na verificação de critérios para a admissão de passageiros; falhas na identificação de passageiros, com nomes incompletos, ausência de documentação ou de descrição de cargos; a adoção da classificação sigilosa de informações sobre os voos, em discordância com a Lei de Acesso à Informação; e a carência na análise de justificativas para o deslocamento. O TCU teceu críticas adicionais à ausência de um sistema eletrônico de gestão do transporte de autoridades, cujo controle encontra-se disperso no presente momento. O relatório final da auditoria indicou que, devido aos custos mais elevados da aviação oficial, deverá haver uma “fundamentação formal e clara que justifique o emprego da aviação oficial em detrimento da comercial”, exceto em emergências ou em casos de riscos para as autoridades a serem transportadas. Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde criticou a forma como os servidores públicos aproveitam-se de seus cargos para garantir voos irregulares em aviões da Força Aérea Brasileira, pontuando a recorrência de tais ações no decorrer da história da política brasileira, uma vez que autoridades com cargos importantes no Brasil teriam acesso facilitado a viagens custeadas por recursos públicos ou por apoio de empresas e empresários, sugerindo o uso indevido de privilégios para fins pessoais. O editorial do *Estado* retratou a baixa ocupação no cerne dos voos como uma “evidente demonstração de descaso com o dinheiro público e falta de planejamento”, ao passo que, para o setor privado, a ociosidade também indicaria prejuízos para as companhias aéreas. Por fim, as reportagens revelaram que a auditoria trouxe luz sobre a ausência de regras e a violação de princípios da administração pública, deixando uma marca de afronta “à supremacia do interesse público, à transparência, à eficiência e à impessoalidade”. (Folha de S. Paulo - Política - 18/04/26; O Estado de S. Paulo - Política - 18/04/26; O Estado de S. Paulo - Política - 19/04/26; O Estado de S. Paulo - Opinião - 24/04/26)

2- Precatório de mulher torturada pela ditadura militar é comprado por empresas de pré-candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro

O jornal *Folha de S. Paulo* relatou que empresas conectadas ao pré-candidato do governo estadual do Rio de Janeiro e presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Douglas Ruas (PL), investiram na compra de precatórios emitidos em nome de um agente da Polícia Militar demitido e acusado de corrupção e uma anistiada política da ditadura militar (1964-1985). Esses investimentos foram realizados pelas empresas Mical Invest e Participações e Saur Construção, Terraplanagem e Locação Ltda, que são de Douglas e sua esposa Mariana Barbosa. Um dos papéis obtidos pela empresa Saur era de uma mulher de 75 anos que tinha conseguido uma indenização pelas torturas que sofreu durante a ditadura e que foi presa 3 vezes durante o regime militar. De acordo com depoimentos à Justiça, a mulher foi torturada através de choques elétricos, estupro e pontapés em uma unidade do Exército. O precatório emitido

em seu nome foi de R\$917 mil, segundo a escritura assinada com a Saur. O periódico ainda destaca que os bolsonaristas criticam a anistia às vítimas da ditadura militar, alegando que essas indenizações iriam favorecer terroristas, denominando essas reparações de “bolsa-ditadura”. Além disso, a empresa Mical Invest e Participações, da mulher de Douglas, adquiriu dois precatórios de Carlos Antônio Torres, demitido em 2018 pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e suspeito de receber propina na delegacia de Bangu (RJ). Carlos Antônio Torres, em processo, pediu o pagamento de férias e licença-prêmio não gozadas entre 1983 e 2015. Nesse contexto, a Procuradoria-Geral do Estado tentou impedir os pagamentos, devido ao seu envolvimento com corrupção, contudo o Tribunal de Justiça determinou o pagamento de dois precatórios de R\$339 mil e R\$429 mil. O deputado afirma que essas transações foram intermediadas por uma empresa. (Folha de S. Paulo - Política - 22/04/2026)

3- Marinha do Brasil anunciou a aquisição de um novo lote de fragatas da classe Tamandaré, em cooperação com empresa alemã

Conforme os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foi anunciada a aquisição de quatro fragatas da classe Tamandaré, produzidas com origem tecnológica alemã. As reportagens publicadas informaram que a Marinha do Brasil assinou um memorando de entendimento com a ThyssenKrupp Marine Systems (TKMS) para a construção da nova frota de fragatas em consórcio com o Grupo Embraer, proprietário de 25% do negócio. O projeto contará com oito embarcações com defesa antiaérea, mísseis antinavio Mansup e torpedos para guerra submarina, e atuarão como os principais instrumentos de dissuasão de ameaças externas, ao lado de submarinos convencionais. Diante dos impactos gerados pela Guerra do Irã, o governo Lula passou a considerar essencial o fortalecimento da proteção das rotas marítimas estratégicas, originando as negociações a partir de uma declaração conjunta entre o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o primeiro-ministro alemão, Friedrich Merz. Segundo Edgar Luiz Siqueira Barbosa, diretor-geral do Material da Marinha, a iniciativa “insere-se no contexto do fortalecimento da capacidade operacional da instituição”, e almeja, ainda, contribuir para o controle, a defesa e o monitoramento das áreas marítimas que compõem a chamada “Amazônia Azul”, bem como para a salvaguarda de infraestruturas críticas e comunicações marítimas, consideradas “essenciais ao desenvolvimento nacional”. O projeto, entretanto, esbarra nas limitações da execução orçamentária das Forças Armadas, mesmo com a sanção, no ano anterior, de um projeto que autoriza despesas de até 5 bilhões de reais por ano fora da meta fiscal para projetos considerados prioritários, como é o caso das fragatas. Embora o valor total de investimento ainda não esteja definido em contrato, estima-se que deva ultrapassar R\$ 10 bilhões e culminar na duplicação do número de fragatas no cerne da Marinha do Brasil. (Folha de S. Paulo - 23/04/26; O Estado de S. Paulo - Política - 24/04/26)

4- Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes oficializou a execução das penas dos réus do núcleo de gerenciamento e operacionalização de ações da trama golpista

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, oficializou, no dia 24/04/2026, a execução definitiva das penas dos condenados participantes do “núcleo de gerenciamento e operacionalização de ações” da trama golpista, referido como “núcleo 2”. Conforme a denúncia protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), os integrantes do grupo teriam atuado na elaboração da chamada “minuta do golpe” e utilizado da estrutura da Polícia Rodoviária Federal (PRF) com o objetivo de dificultar o deslocamento de eleitores favoráveis ao então candidato Luiz Inácio “Lula” da Silva durante o segundo turno das eleições de 2022. A decisão definitiva foi tomada após trânsito em julgado da condenação, refletindo o esgotamento dos recursos apresentados pelas defesas, que ao longo do processo, buscaram reverter pontos do julgamento concluído em dezembro de 2025, ao apontar inconsistências na denúncia apresentada pela PGR e sustentar a ausência de provas suficientes para a condenação dos réus, além de indicar a incapacidade dos clientes em agir de acordo com as ações pelas quais foram indiciados. O núcleo é composto por: Filipe Martins, ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, condenado pela participação em apresentação e ajuste da primeira versão da minuta de decreto golpista, introduzida, posteriormente, às Forças Armadas; o coronel Marcelo Costa Câmara, ex-assessor de Jair Bolsonaro, denunciado pela coordenação de monitoramento e coleta de informações com o objetivo de subsidiar ações contra autoridades; Marília Ferreira, ex-diretora de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, indiciada pela solicitação de mapeamentos de regiões eleitorais e a elaboração de análises de *business intelligence* para a orientação de operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em locais de apoio expressivo ao candidato do Partido dos Trabalhadores (PT); o general Mário Fernandes, ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência, incriminado pela interlocução com manifestantes em apoio à intervenção militar, bem como pela coordenação do “Plano Punhal Verde e Amarelo”, que visava a execução de atentados contra o ministro Alexandre de Moraes, o presidente eleito Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin; Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF, acusado de direcionar ações da corporação durante as eleições; e o delegado federal Fernando de Sousa Oliveira, ex-diretor de Operações do Ministério da Justiça, absolvido em decorrência da falta de evidências suficientes a respeito de sua participação no caso, conforme deliberação conduzida pela Primeira Turma do STF. Denunciados comumente pelos crimes de deterioração do patrimônio tombado, dano qualificado, golpe de Estado, organização criminosa armada e tentativa de abolição do Estado democrático de direito, os réus foram submetidos ao início do cumprimento das penas estipuladas, porém o impacto da decisão do ministro Alexandre de Moraes foi reduzido, uma vez que os cinco condenados já encontravam-se encarcerados previamente: Filipe Martins, condenado a 21 anos em regime inicial fechado, foi preso em dezembro de 2025 após descumprir medidas cautelares; o coronel Marcelo Costa Câmara, sentenciado a 21 anos em regime inicial fechado, encontra-se em prisão preventiva desde junho de 2025; Marília Ferreira, submetida a uma pena de 8 anos e seis meses em regime inicial fechado, teve prisão domiciliar decretada ao final de 2025; o general Mário Fernandes foi condenado a 26 anos e seis meses de reclusão em regime inicial fechado; e Silvinei Vasques, por sua vez, foi preso no aeroporto de Assunção,

no Paraguai, ao final de dezembro de 2025, sendo penalizado em 24 anos e seis meses de regime inicial fechado. (Correio Braziliense - Política - 24/04/26; Folha de S. Paulo - Política - 24/04/26; O Estado de S. Paulo - Política - 24/04/26; O Estado de S. Paulo - Política - 24/04/26)

5- Escritor amazonense Milton Hatoum, autor de obras sobre a ditadura militar, tomou posse na Academia Brasileira de Letras

Conforme reportagens publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o escritor, tradutor, professor e arquiteto amazonense Milton Hatoum, de 73 anos, tomou posse da cadeira de número seis da Academia Brasileira de Letras (ABL), anteriormente pertencente ao jornalista Cícero Sandroni, falecido em junho de 2025, e a figuras como o jurista e sociólogo Raymundo Faoro, e o advogado e escritor Barbosa Lima Sobrinho. Nascido em Manaus, no ano de 1952, ingressou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) aos dezenove anos. Durante o período marcado pelo regime militar (1964-1985), adentrou o movimento estudantil e foi perseguido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Na década de 1980, morou na Espanha e na França, e publicou sua primeira obra - o livro "Relato de um Certo Oriente", pelo qual venceu o Prêmio Jabuti, tratando de temas como choques culturais, identidade e imigração. O escritor assume a autoria de nove livros de ficção e relatou, de forma bem humorada, "não ter pendor à imortalidade", reconhecendo "haver escrito seus livros com muita honestidade", e "transformado sua vida em ficção". Hatoum afirmou ter sido incentivado a candidatar-se à cadeira na ABL por colegas como Ana Maria Machado, Antônio Carlos Secchin e Rosiska Darcy, em um processo de sondagem iniciado há mais de uma década, intervalo este no qual encontrava-se envolvido da concepção da trilogia "O Lugar Mais Sombrio" - composta pelas obras "A Noite da Espera" (2017), "Pontos de Fuga" (2019) e "Dança dos Enganos" (2025) -, um drama familiar que tem espaço nos anos 1960, marcado pelo contexto da ditadura militar em Brasília e por questões imigratórias e relativas à emancipação feminina. A conclusão da série marcou o início das contribuições de Hatoum à Academia, a qual o saudou, em sua primeira tentativa de candidatura, como um novo imortal dedicado à escrita, em uma instituição cada vez mais aberta a profissionais provenientes de outras atividades. Com um trabalho celebrado em âmbito internacional, o autor já vendeu mais de 500 mil exemplares em dezessete países, havendo sido nomeado *Officier de l'Ordre des Arts et des Lettres* (Oficial da Ordem das Artes e das Letras) pelo Ministério da Cultura e da Comunicação da República Francesa, em 2017, e recebido o prêmio Roger Caillois, em 2018. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 24/04/26; O Estado de S. Paulo - Cultura - 24/04/26)

6- Exército Brasileiro atuou como apoio aos agentes de combate às endemias em aldeias indígenas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, para realizar o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, que transmite às doenças dengue, zika e chikungunya, o Exército Brasileiro realizou um apoio aos agentes de combate às endemias nas aldeias Jaguapiru e Bororó. O trabalho cumprido atendeu 1.900 residências e teve como resultado a eliminação de 575 focos do mosquito. O Ministério da Saúde relatou que, em 25/04/2026, foi iniciado o funcionamento de uma unidade

móvel do “Programa Agora Tem Especialistas”, visando à realização de atendimentos clínicos, testes rápidos, exames e vacinação nos territórios indígenas. (Folha de S. Paulo - Saúde - 24/04/26)

7- Supremo Tribunal Militar iniciou processo para analisar a perda de patente de Jair Bolsonaro e de outros militares envolvidos na trama golpista
Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Militar (STM) autorizou que sejam realizadas as medidas necessárias para o processo que analisa se Jair Bolsonaro deve perder sua patente militar de capitão do Exército. A pedido da defesa, serão reunidos documentos das Forças Armadas sobre a trajetória militar do ex-presidente. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica e o Ministério da Defesa foram intimados para conceder as informações necessárias. Entre as informações pedidas estão o histórico disciplinar, avaliações de desempenho, prontuário funcional e informações sobre sua conduta na reserva. O processo que se iniciou após a condenação de Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) está em andamento, com a coleta de provas e terá a manifestação da defesa antes do início do julgamento. Militares que são condenados a penas superiores a dois anos podem passar pela avaliação que julga incompatibilidade com o oficialato. De acordo com o Ministério Público Militar, Bolsonaro descumpriu cerca de oito regras éticas militares, entre elas estão "acatamento das autoridades civis", "cumprimento das leis e das ordens das autoridades competentes" e "dever de probidade e de proceder de maneira ilibada na vida pública". O órgão também solicitou a perda de patente dos generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto e do ex-comandante da Marinha Almir Garnier. (*O Estado de S. Paulo - Política - 24/04/26*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa (Bolsista PIBIC)

Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)

Marcela Furlan de Cena

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabrício

Giovanna Pereira dos Santos

Isabela Lopes Banfada da Silva

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Luisa Rajczuk Quege

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza Garcia Rabelo

Nicole Souza Aguiar

Pedro Levi Negromonte de Lima

Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim